



<http://pev-proex.uergs.edu.br/index.php/xsiepex/index>

ISSN do Livro de Resumos: 2448-0010

## ACESSIBILIDADE CURRICULAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ESTUDO A PARTIR DA REVISÃO DA LITERATURA

*Jucimara Teixeira da Luz Guimarães, Helena Venites Sardagna*

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

[jucimara-guimaraes@uergs.edu.br](mailto:jucimara-guimaraes@uergs.edu.br); [helena-sardagna@uergs.edu.br](mailto:helena-sardagna@uergs.edu.br)

### Resumo

Este trabalho apresenta um estudo de revisão da literatura realizada para uma pesquisa vinculado ao Mestrado Profissional em Educação da UERGS que enfatiza as especificidades das práticas de inclusão, questionando como vêm sendo estruturadas as estratégias pedagógicas para promover a acessibilidade curricular na educação inclusiva, na sala de aula comum do Ensino Fundamental? A busca se deu pelos descritores: “acessibilidade curricular *and* educação inclusiva *and* ensino fundamental *and* governamentalidade *and* biopolítica. A busca foi feita na plataformas SciELO (Scientific Eletronic Library Online) e Google Scholar, destacando-se 21 trabalhos com maior vínculo com o estudo proposto (6 artigos, 9 dissertações, 5 teses e 1 trabalho de conclusão de graduação), no entanto, para essa etapa do estudo foram elencados nove (9) pesquisas para a discussão aqui proposta. O exercício da leitura permitiu organizar os trabalhos encontrados, identificando-os por dois (2) eixos de discussão: Formação de professores para a inclusão; Currículos e metodologias nos processos inclusivos.

### INTRODUÇÃO

O contexto brasileiro da Educação Especial/Inclusiva é marcado por um aumento significativo do número de estudantes matriculados com algum tipo de deficiência, transtorno ou dificuldade de aprendizagem na rede regular de ensino brasileira, nas últimas décadas. Fazendo um comparativo com o Censo Escolar de 2010, o número de estudantes com deficiência, matriculados nas turmas regulares das escolas públicas do Brasil, era de 484.332, mas apenas 24.301 dessas instituições contavam com apoio pedagógico especial. Nos dados do Censo Escolar de 2013, em 5.553 municípios das cinco regiões do país, 648.921 estudantes com deficiência – visual, auditiva, física ou transtornos globais do desenvolvimento – estudavam em classes comuns da educação básica. Já se percebe um grande crescimento, datado de 2015, de estudantes matriculados nas turmas regulares das escolas públicas, totalizando 750.983 estudantes. Comparando os dados do Censo Escolar 2010 e de 2020 analisa-se o número de estudantes com deficiência, matriculados nas escolas de ensino regular de nosso país.

Os dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) mostram que o número de matrículas da educação especial chegou a 1,3 milhão em 2020, um aumento de 34,7% em relação a 2016 (BRASIL.INEP, 2020). Nesse caso, o levantamento se refere aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação em classes

comuns ou em classes especiais exclusivas. Devido a esta crescente demanda é de suma importância que a escola ofereça recursos necessários para a efetiva inclusão destes estudantes, ou seja, a instituição precisa se adaptar às necessidades conforme a demanda dos estudantes e promover uma ruptura com o modelo tradicional de ensino, que visa somente a aprendizagem daqueles sem deficiência.

## **METODOLOGIA**

A revisão da literatura buscou por pesquisas que abordam o tema da educação inclusiva e a coleta se deu na Plataforma Scielo e na Google Scholar, com os descritores “*acessibilidade curricular and educação inclusiva and ensino fundamental*”, no período de publicação de 2015 a 2021, pois em 2015 foi sancionada a Lei Brasileira da Inclusão, Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015). Trata-se de um estudo qualitativo, de cunho bibliográfico, de caráter descritivo. Segundo Godoy (1995, p.63) “Quando o estudo é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade, é possível que uma análise qualitativa seja a mais indicada. Foram identificados 21 trabalhos, que estabelecem maior vínculo com o estudo proposto, sendo 6 artigos, 9 dissertações, 5 teses e 1 trabalho de conclusão de graduação, porém nove (9) foram utilizados nesta primeira fase. A seleção levou em consideração os trabalhos que tivessem relação e contribuições específicas com os descritores já destacados. O exercício da leitura permitiu organizar os trabalhos encontrados, identificando-os por dois eixos de discussão: Formação de Professores para a Inclusão; Currículos e Metodologias para Inclusão. Utilizou-se a análise do discurso com inspiração em Michel Foucault (2002), na organização dos eixos, compreendendo discurso como práticas que constituem significados particularmente do campo das ciências humanas e da educação, atentando para a ideia de que palavras e coisas dizem respeito a fatos e enunciados que, a rigor, são “raros”, isto é, não são óbvios, estão para além das “coisas dadas” (FOUCAULT, 1986).

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O exercício da leitura permitiu organizar os trabalhos encontrados, identificando-os por dois eixos de discussão: Formação de professores para a Inclusão; Currículos e metodologias para inclusão.

### **Formação de professores para a Inclusão**

Klein (2020) traz a experiência do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), enquanto uma das políticas inclusivas, que envolvem e mobilizam diferentes segmentos para qualificar e garantir a alfabetização na “idade certa” para todos os estudantes e, que atendem à lógica do imperativo da inclusão. Sendo assim, esse imperativo coloca a necessidade de todos estarem e permanecerem no jogo de neoliberalismo, como uma condição de participação, funcionando como um dispositivo biopolítico a serviço da segurança das populações.

Os estudos de Kraemer & Thoma (2018) também destacam que o contexto educacional brasileiro tem vivenciado nas últimas três décadas uma reconfiguração política orientada para a efetivação de condições de desenvolvimento e aprendizagem para todos. Desenvolveram esta análise, a partir da noção de governamentalidade biopolítica de Michel Foucault que investe na potencialização da vida, de modo a fazer com que os sujeitos se tornem úteis, produtivos e aptos às demandas de uma racionalidade econômica neoliberal.

No artigo “O Ciclo de Políticas no Contexto da Educação Especial”, os autores Nozu e Bruno (2015) compreendem o ciclo de políticas da educação especial brasileira em três contextos: de influência, que elucida configuração do discurso da inclusão no campo da educação especial; no contexto de produção de texto onde elenca textos político-normativos representativos da atual política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva e enfatiza a proposta do atendimento educacional especializado e o último contexto destaca a atuação desse serviço de apoio nas salas de recursos multifuncionais.

No artigo “Sobre Educação, Política e Singularidade” (RAHME & *et al*, 2019) os autores discutem as questões relativas à configuração da política da Educação Especial no Brasil a partir dos anos 2000, destacando os elementos que marcaram o processo de institucionalização da inclusão de alunos e tendo

como problematizações contextualizar os trabalhos que compõem esta Seção Temática tendo como princípios em comum a educação como direito para todos.

Sardagna e Frozza (2019) analisam as narrativas de alguns educadores, nas quais evidenciam-se que as práticas de governo operam de forma eficiente na regulação das suas condutas. Com as ferramentas foucaultianas, evidenciam que o governo opera de forma produtiva na regulação das condutas dos educadores, trazendo como um dos enfoques o imperativo “educação para todos”, como um direito, o que permite analisar como os educadores encontram-se atravessados por este imperativo e sentem-se engajados no controle das condutas de seus estudantes, para dar conta do que esse imperativo lhes traz como verdade.

Heck e Ferraro (2020) destacam que é preciso que os docentes percebam a inclusão como um dispositivo de governo e seu funcionamento a partir de um modo específico de racionalidade: a racionalidade neoliberal. As autoras têm a intenção de debater a inclusão sob outra perspectiva como forma de contribuir na ampliação de visões de mundo.

Observou-se que ao compreender a *inclusão* no contexto biopolítico evidencia as relações de forças que incidem sobre as instituições com suas estratégias. Ao sensibilizar educadores e a sociedade em geral no que diz respeito à diversidade ocorre uma sensibilização aos atores envolvidos (gestores, docentes, comunidade) de que as políticas de inclusão são necessárias e devem abranger toda a população.

### **Currículos e metodologias nos processo inclusivos**

A discussão sobre acessibilidade curricular está em quatro artigos encontrados na busca para a revisão. Um dos estudos discute a necessidade de um currículo comum a todos, sendo o AEE é uma forma de garantir o direito e acesso ao conhecimento e à construção de novas aprendizagens pelos estudantes:

À medida que compreendemos que o ato de educar não possibilita isolar ou separar seus elementos constituintes (recursos, conteúdos, instrumentos e estratégias) dos processos de aprendizagem, entendemos que o Atendimento Educacional Especializado existe em função do currículo escolar, logo, suas práticas devem estar em consonância com o que é proposto na sala de aula [...] (HAAS; BAPTISTA, 2014, p. 08).

Correia (2016) problematiza a concepção de adaptações, adequações e flexibilizações curriculares, trazendo a ideia de que a acessibilidade curricular amplia e coloca em ênfase os percursos individuais de cada estudante. Portanto, não se modifica o que será ensinado para os estudantes com deficiência, mas se reflete, diante das diversidades da turma, quais as formas possíveis de os estudantes se expressarem e interagirem com o conhecimento que está sendo ensinado.

Segundo Kraemer e Thoma (2018) o contexto brasileiro tem vivenciado nas últimas três décadas uma reconfiguração política orientada para a efetivação de condições de desenvolvimento e aprendizagem para todos. Neste conjunto, a política de inclusão escolar, é instituída a partir de programas, decretos, portarias e legislações, tendo um significativo investimento para sua efetivação ao acesso, participação, desenvolvimento e aprendizagem deste público no âmbito da escola comum.

As autoras utilizam Lopes (2009) entendem que na racionalidade da governamentalidade biopolítica a inclusão escolar das pessoas com deficiência se constitui como estratégia necessária para um bom governo da população. Neste sentido elas trazem para análise a noção de governamentalidade biopolítica de Michel Foucault, destacando o quanto a mesma investe na potencialização da vida, de modo a fazer com que os sujeitos se tornem úteis, produtivos e aptos às demandas de uma racionalidade econômica neoliberal. Nessa racionalidade, a vida passa a ser uma questão política, e sua gestão é feita de forma calculada, por meio do desenvolvimento de saberes como a estatística, a demografia e a pedagogia, entre outros. A vida dos sujeitos passa a ser escrutinada, analisada, descrita e governada, de maneira que suas condutas sejam gradualmente moldadas às exigências políticas e econômicas.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na esteira de investigar como vêm sendo estruturadas as estratégias pedagógicas para promover a acessibilidade curricular, os estudos apontam que essas estratégias estão implicadas com uma reflexão permanente sobre como organizar a prática pedagógica de modo a possibilitar o acesso de todos estudantes ao currículo. Também mostram que nas últimas décadas vêm se constituindo modos de vida

que possibilitem a participação das pessoas com deficiência nos fluxos de aprendizagem, desenvolvendo suas potencialidades e competências que individualizam os sujeitos e flexibilizam o currículo, para as necessidades individuais de aprendizagem. No entanto, os estudos problematizam as discursividades que incidem sobre a escola, estão marcadas por práticas de governamentalidade no contexto da biopolítica, que controlam a conduta da população, em nome de sua segurança. A inclusão é um desses discursos que é assumido por todos, tanto na sociedade, quanto nas instituições, como a escola. Os estudos também sugerem situar algumas políticas inclusivas, contextualizando o contexto neoliberal que as produz, pois orientam e regulam a população, a fim de incluí-las. Neste sentido as políticas de inclusão vão produzir um alargamento da escola e suas funções. Ela produz e tem sido produzida por práticas, que preconizam o cumprimento de um currículo escolar pautado em programas de apoio de caráter inclusivo.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)> Acesso em: 09 jun. 2021.
- BRASIL. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica**. Brasília, 2020. Disponível em: [http://inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset\\_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6993024](http://inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6993024). Acesso em 22 de junho de 2021.
- CORREIA, Gilvane Belem. **Deficiência, Conhecimento e aprendizagem**: Uma análise relativa à produção acadêmica sobre Educação Especial e Currículo. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/147927/001000610.pdf?sequence=1>. Acesso em: 31 de Jul.2021.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura F. A. Sampaio. 8. Ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber Rio de Janeiro: Forense**, 1986.
- KLEIN, Rejane Ramos. **Políticas de Inclusão e os Efeitos nas Práticas Docentes no Ciclo de Alfabetização**. Momento: diálogos em educação, E-ISSN 2316-3110, v. 29, n. 1, p. 272-291, jan./abr., 2020.
- KRAEMER, G. M., & Thoma, A. S. (2018). **Acessibilidade como Condição para a Inclusão Escolar**. Psicologia: Ciência e Profissão Jul/Set. 2018 v. 38 n°3, 554-563. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000062018>. Acesso em: 31 de Jul.2021.
- HAAS; Baptista; Silva, Mayara Costa da, TEZZARI, Mauren Lúcia; FREITAS, Claudia Rodrigues de. **Educação especial, pesquisa e ação docente: introduzindo diálogos**. Marília : ABPEE, 2020.
- HECK, Gabriela Sehnem., & Ferraro, José Luís. **A Inclusão sob a Perspectiva Crítica: estado da arte e notas para a formação de professores**. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS Unidade Universitária de Campo Grande ISBN: 2526-4052 | Volume 4 | Nº 7 | Ano: 2020.
- NOZU, Washington César Shoiti; BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **O Ciclo de Políticas no Contexto da Educação Especial**. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 26, n. 2, p. 4-21, maio/ago. 2015. <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/3342/3060>. Acesso em 22 de junho de 2021.
- RAHMEL, Mônica Maria Farid; FERREIRA, Carla Mercês da Rocha Jatobá & NEVES, Libéria Rodrigues. **Sobre Educação, Política e Singularidade**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 44, n. 1, e90185, 2019.<http://dx.doi.org/10.1590/2175-623690185>. Acesso em 31 de Jul. de 2021.
- SARDAGNA, Helena Venites; FROZZA, Tatiana de Fraga. **Narrativas e Práticas de governamentalidade: A Perspectiva do Docente sobre o Aluno com Deficiência**. Educação em Revista. Belo Horizonte. v.35, 2019. <https://www.scielo.br/j/edur/a/8HhJMkLYBXWDC7pfXHgwh7N/?lang=pt> .Acesso em 31 de Jul.2021